

A SOCIOLINGUÍSTICA E A DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

SOCIOLINGUISTICS AND THE DECONSTRUCTION OF LINGUISTIC PREJUDICE

LA SOCIOLINGÜÍSTICA Y LA DESCONSTRUCCIÓN DEL PREJUICIO LINGÜÍSTICO

Raiany Peixe Gremes¹

Resumo

Esta pesquisa teórica/bibliográfica analisa o preconceito linguístico na sociedade, através dos estudos da Sociolinguística. Evidencia-se a emergência da discussão deste tema, em um contexto em que a língua não é identificada como prática social. O artigo aborda pressupostos de inúmeros autores renomados, especialmente Marcos Bagno. A partir de um panorama geral, discute-se os aspectos que abrangem a relação entre língua e sociedade. Por intermédio destes estudos, objetiva-se fornecer informações e conscientizar indivíduos sobre este tipo de preconceito — que acarreta exclusão social.

Palavras-chave: Linguística. Sociolinguística. Preconceito linguístico. Desconstrução de preconceito.

Abstract

This theoretical/bibliographic research analyzes linguistic prejudice in society, through studies of sociolinguistics. It highlights the emergence of this theme's discussion, in a context where language is not identified as a social practice. The article addresses the assumptions of several renowned authors, especially Marcos Bagno. From an overview, the aspects that cover the relationship between language and society are discussed. Through these studies, the objective is to provide information and make individuals aware of this type of prejudice — which leads to social exclusion.

Keywords: Linguistics. Sociolinguistics. Linguistic prejudice. Deconstruction of prejudice.

Resumen

Esta investigación teórica/bibliográfica analiza el prejuicio lingüístico en la sociedad, por medio de los estudios de la sociolingüística. Se pone en evidencia la urgencia de tratar ese tema, en un contexto en que la lengua no se percibe como práctica social. El artículo presenta planteamientos de autores reconocidos, en especial Marcos Bagno. Desde una perspectiva general, se discuten aspectos que conciernen a la relación entre lengua y sociedad. Con esos estudios, se pretende ofrecer informaciones y crear conciencia sobre ese tipo de prejuicio, que implica en exclusión social.

Palabras-clave: Lingüística. Sociolingüística. Prejuicio lingüístico. Desconstrucción del prejuicio.

1 Introdução

A educação compete a todo instante com as novas tecnologias, que podem ser aliadas ao processo de aprendizagem; elas também podem vir na contramão de tal processo, quando utilizadas de forma superficial ao que propõe a excelência de ensino. “A velocidade com que ocorrem as transformações na atualidade e todas as possibilidades tecnológicas comunicativas existentes nos levam à necessidade de compreender e interpretar a realidade alterada em que

¹ Graduação em Letras pelo Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: raianegremes@gmail.com.

vivemos. ” (KENSKI, 2013, p. 27). Essa necessidade se evidencia quando se percebe que estudantes utilizam as novas tecnologias apenas para uso de redes sociais, o que limita a potencialidade de aprender mais; e ao limitarem-se, contradizem o espaço educativo que essa ferramenta oferece e o cunho cultural que apresenta (SETTON, 2010).

Dentro desse contexto restrito pela busca de saberes, os estudantes se confinam em redes sociais e restringem o que a literatura pode ofertar de conhecimento. A literatura representa um universo de possibilidades, “quanto mais facetada se educar a receptividade, quanto mais móvel for, quanto mais superfície oferecer aos fenômenos, tanto mais mundo o homem percebe. ” (SCHILLER, 1991, p. 81-82). As redes sociais se tornaram mais atrativa para os alunos do que a sala de aula, pois ainda existe autoritarismo, a imposição da gramática tradicional e o preconceito social, que deve ser banido da sociedade — o que acaba por afastar o alunado da escola e do contato direto com a literatura.

A literatura pode ser relacionada com os direitos humanos, pois deveria ser um direito básico do ser humano segundo Candido (2004). O autor escreve acerca das potencialidades da literatura e afirma que é:

[...] uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar nossa humanidade (CANDIDO, 2004, p. 186).

A partir do exposto, percebe-se que a língua portuguesa tem uma amplitude complexa, que por vezes dificulta o processo de ensinar e aprender. Além de toda essa complexidade, há, ainda, um preconceito cultural e regional das diferentes formas de se expressar no Brasil, ao considerar a diversidade existente no mesmo.

Sob esse viés, o preconceito linguístico se apresenta fortemente em todos os espaços da sociedade, conforme descreve Roncarati:

No âmbito lingüístico, o prestígio lingüístico alia-se simultaneamente a injunções sociais (extralingüísticas) e lingüísticas que configuram uma variedade e qualificam seu uso como prestigioso, estandardizado ou estigmatizado. A outorga de prestígio é afetada pelo grau de influência de agências emblematicamente simbólicas e institucionalizadas, tais como a norma acadêmica, a correção gramatical, a adequação pragmático-lingüística dos enunciados às situações comunicativas e a aceitabilidade sintático-semântica (que não deve ser confundida com a norma, já que se relaciona às distintas alternativas sintático-semânticas de que os usuários da língua dispõem a partir de um sistema de produção de sentidos dentro de um determinado grupo sócio-cultural. Assim, um uso pode seja aceito em uma dada comunidade lingüística ou da fala, mas rejeitado em outra). Já no escopo propriamente sociolingüístico, o prestígio pode ser mensurado com base na ocupação (prestígio do indivíduo, atributos de sua reputação e de seu posto social) e na atitude (prestígio como conduta, abalizado pelo uso de formas e posturas social e culturalmente valorizadas e conferido a partir da

interação entre membros de distintos grupos). Nesse domínio, distingue-se também entre prestígio vertical ou externo (entre classes ou grupos sociais, influenciando, por exemplo, a imitação de condutas de classes mais altas por aquelas de classes mais baixas) e horizontal ou interno (no interior de cada classe ou grupo social, influenciando, por exemplo, a propagação de inovações ou mudanças lingüísticas) (RONCARATI, 2008, p. 47).

A literatura se ancora em muitas vertentes, se ramifica em muitas estruturas; a Sociolinguística, por exemplo, é um ramo da elocução que se preocupa e que aproxima a sociedade de sua linguagem, ao investigar o aspecto humano e a organização social do comportamento lingüístico. Desse modo, e ao considerar a pluralidade de etnias do Brasil, as diferentes culturas, a multiplicidade de conhecimentos, advindos de regiões com características imensamente divergentes e que ao mesmo tempo se aproximam e se assemelham na linguagem oficial, faz-se necessário um estudo do preconceito lingüístico que acompanha paralelamente a língua oficial do Brasil.

Nessa perspectiva, e corroborando com Roncarati (2008), o preconceito lingüístico infere diretamente na sala de aula, uma vez que nesse espaço se faz necessário o uso da norma culta, sem considerar a diversidade.

Assim, a pesquisa se embasa em autores como Marcos Bagno e Rita do Carmo Polli da Silva, entre outros, para se efetivar; o objetivo é realizar um estudo acerca do preconceito lingüístico que permeia a língua oficial brasileira — a partir do olhar desses autores, considerados sumidades no contexto da literatura.

Para tanto, e com os argumentos dos autores supracitados, o estudo tem como objetivos específicos:

- Apresentar a Sociolinguística;
- Discutir e reconhecer o preconceito lingüístico;
- Abordar a Exclusão social;
- Argumentar a desconstrução do preconceito lingüístico.

A fim de organizar a escrita, apresenta-se o referencial teórico, a metodologia usada, os resultados e discussões e as considerações finais, o que facilita a compreensão da leitura.

2 Linguística/sociolinguística

Linguística é a área de estudo científico da linguagem. Dentre os estudos da linguística, temos a Sociolinguística; ela surgiu em meados da década de 60, sendo oposta à teoria estruturalista e a gerativista, com o objetivo de estudar a diversidade da língua e seus contextos socioculturais. Fernand Saussure (1857-1913) foi professor e pesquisador em Genebra e suas

teorias contribuíram para o desenvolvimento da linguística, que identificaram a língua como homogênea. De maneira que para Saussure, no que tange os estudos da linguística, a língua é tida como um sistema de signos que pode ser um fato social, não pela ordem do histórico social, mas sim pelo fato de envolver indivíduos falantes. Foi só a partir do estruturalismo que a linguística adquiriu caráter científico. Após o estruturalismo saussureano, o linguista Noam Chomsky “o pai da linguística moderna”, em oposição ao estruturalismo bloomfieldiano, criou o gerativismo e na sequência de seus estudos a Linguística Gerativa. O gerativismo iniciou em meados da década de 50; para o autor, a capacidade dos seres humanos de usar a língua deve ser compreendida como resultado natural da espécie humana. Conforme Chomsky, todos os indivíduos humanos possuem a capacidade de fala, independentemente da condição social. Partindo dessa realidade, a professora Rita do Carmo Polli da Silva (2013) postula que os estudiosos da área não estavam incorporando os aspectos sociais em suas pesquisas, tanto que as primeiras manifestações sociais ligadas à linguagem foram feitas por sociólogos ou antropólogos; no entanto, por não ser a área específica de estudo deles, deixaram a desejar no aspecto linguístico. Conforme Silva (2013, p. 16), “de Saussure a Chomsky o que se tem, então, é um compromisso teórico com a homogeneização da língua”.

Um dos primeiros a direcionar suas pesquisas para os efeitos de contatos linguísticos foi Uriel Weinreich. Partindo das ideias diferentes e entendendo a língua como um sistema heterogêneo, Weinreich e dois de seus orientados na época, William Labov e Martin Herzog, discordaram das teorias vigentes até então, em um texto intitulado *Empirical foundations for historical linguistics*, que aconteceu na Universidade do Texas em 1966; tal texto é considerado hoje um clássico da área da Sociolinguística e o ponto de partida para estudos de variações linguísticas e suas mudanças. Este clássico é a dissertação de mestrado de Labov, que por sua vez teve como tema a estratificação social do inglês na cidade de Nova York e foi publicado em português por Marcos Bagno em 2006 com o título *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Para estes autores, a língua é heterogênea; é codificada em alto grau e integrada à competência linguística do falante (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 21).

William Labov é um linguista estadunidense e hoje é o nome mais importante da Sociolinguística, particularmente da Sociolinguística Variacionista, da qual é fundador. “As inovações, análises e metodologia por ele introduzidas, trouxeram à linguística moderna um novo campo de pesquisa e reflexão sobre as relações entre a estrutura linguística e a social.” (SILVA, 2013, p. 17). Atualmente, a Sociolinguística é uma área de grande investigação, que oferta vários modelos teórico-metodológicos para a investigação dessa mudança na língua nos

aspectos sociais. Labov entende a língua como um fato social, “Os procedimentos de descrição linguística são baseados na concepção de linguagem como um conjunto estruturado de normas sociais.” (LABOV, 1972, p. 82). Rita do Carmo Polli da Silva (2003 p. 18) diz:

Mas qual é mesmo a relação entre língua e sociedade? Se pensarmos bem, veremos que há uma relação intrínseca entre as duas. A língua não serve apenas para que possamos transmitir ou receber informações; ela serve para estabelecer e manter o relacionamento com outras pessoas. O uso efetivo da língua é uma das atividades mais fantásticas da nossa vida.

William Labov (1972) começaria, então, a concretização de uma concepção de linguagem social. O linguista entende que o fato da língua ser heterogênea está intrinsecamente ligado à variação linguística e considera que antes de ocasionar a mudança, ocorrem variações na fala. Dias (1996, p. 126) faz uma boa síntese dos pensamentos provenientes da abordagem Sociolinguística Variacionista, quando diz que, para Labov:

A língua individual é concreta e heterogênea; estrutura e heterogeneidade caminham juntas; a variação tem caráter sistemático; mudança linguística implica sempre variação (mudança é variação); a investigação linguística é mais rigorosa quando leva em conta o uso da língua no contexto social; a Sociolinguística Variacionista assume a existência de forças externas interagindo com forças internas na interpretação do funcionamento de uma dada língua; a aptidão para o emprego de regras variáveis é um dos aspectos da competência linguística; o conhecimento da língua corresponde não só ao domínio da gramática dessa língua como também ao conhecimento do valor social atribuído às formas linguísticas.

Apesar de Labov (1972) ter difundido a heterogeneidade linguística, foi Fernand Saussure quem trouxe a noção de uma língua heterogênea, a partir da teoria de mudança linguística; lançou-se, assim, a base do que seria, quatro décadas mais tarde, a discussão na qual estão assentados os pressupostos labovianos, o que trouxe grande contribuição para os estudos de língua e sociedade — onde somos agentes principais para que ocorra a comunicação. Por fim, a Sociolinguística em duas das suas contribuições traz a possibilidade que se tem de tomar a língua como um dos marcos da compreensão da configuração social das comunidades. Mollica e Braga (2003, p. 47) dizem que: “À Sociolinguística interessa a importância social da linguagem, desde pequenos grupos socioculturais a grandes comunidades”. A Sociolinguística vem influenciando diretamente o ensino, indicando soluções de melhoramentos quanto ao ensino da língua materna, o que ajuda a diminuir os problemas enfrentados na área.

3 Metodologia

Este trabalho realizou uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, que, de acordo com Gil (2008), se fundamenta no método dialético, ao reconhecer a reflexão e a dialogicidade para interpretações dinâmicas. O estudo investiga os temas Sociolinguística e o preconceito da língua. Pretende-se alcançar os objetivos propostos por meio de leituras das obras de autores como Marcos Bagno e Rita do Carmo Polli da Silva.

Organizou-se, assim, alguns aspectos a serem observados nas obras destes autores:

- Concepção de preconceito linguístico;
- O que causa o preconceito linguístico;
- Desconstrução do preconceito linguístico.

3.1 Resultados e discussões

Realizadas as leituras das obras dos autores alvo da pesquisa, os resultados encontrados estão descritos a seguir.

3.2 Concepções dos autores acerca de preconceito linguístico

O preconceito linguístico é, segundo o professor Marcos Bagno, todo o juízo de valor negativo de reprovação, de repulsa ou mesmo desrespeito às variedades linguísticas de menos prestígio social. Isso pode ser comprovado quando ele descreve:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que existe [...] uma única Língua Portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente (BAGNO, 1999, p. 40).

Além disso, o autor diz que as elites fazem o uso da língua para a manutenção das estruturas de dominação; segundo ele, a língua formal é mais utilizada por aqueles indivíduos que controlam o poder econômico, cultural, político como forma de oprimir aqueles que não fazem parte desse núcleo de dominação. Conforme Bagno (2007), o preconceito linguístico é discriminar uma pessoa pelo modo que ela fala; é achar que o modo de falar dela é errado, o que ocasiona a exclusão social, inclusive dentro do ambiente escolar.

Corroborando com as ideias de Bagno, a professora Rita do Carmo Polli da Silva (2013, p. 42) afirma que: “procuramos deixar claro que uma língua é um conjunto de variedades e que

nenhuma delas é melhor ou pior que a outra”. Em outro trecho de sua obra, a autora postula que, “tudo que foge às normas gramaticais fixadas é considerada erro”; postula também que esses falantes “carregam uma enorme insegurança no uso da linguagem.” (SILVA, 2013, p. 42-43).

A partir das perspectivas destes autores, discute-se o preconceito linguístico, de maneira que se perceba que, sob o olhar das pessoas e inclusive de professores, a norma culta é a única correta, pois é a ensinada nas escolas — o que infere diretamente no preconceito linguístico.

Desse modo, o próximo tópico descreve a causa do preconceito linguístico para estes autores.

3.3 Causas do preconceito linguístico

Conforme Marcos Bagno, entre as causas para que aconteça o preconceito linguístico, temos a “mitologia do preconceito linguístico”, onde são abordados por Bagno vários mitos sobre a Língua Portuguesa, o autor diz: “muitos brasileiros acreditam que “não sabem português”, que “português é muito difícil” ou que a língua falada aqui é “toda errada” (BAGNO, 1999, p. 75). Em decorrência temos o “círculo vicioso do preconceito linguístico”, onde o autor discute diretamente os quatro elementos que para ele compõem a construção do preconceito linguístico, são eles: a gramática tradicional, ensino tradicional, livros didáticos e os comandos paragramaticais. O autor sintetiza:

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... também a gramática não é a língua (BAGNO, 1999, p. 9)

Entre as causas de tal preconceito, temos as variedades linguísticas, as classes desfavorecidas e a dificuldade do ensino em aceitar a língua materna, pois o aluno já chega na escola sabendo falar a própria língua, e está ali para aprender as variedades que a língua apresenta, inclusive a norma culta. A professora Rita do Carmo Polli da Silva (2013) afirma que os Parâmetros Curriculares Nacionais reconhecem que havia (ou há) “excessiva valorização da gramática normativa e a insistência nas regras de exceção, com o consequente preconceito contra as formas de oralidade e as variedades não-padrão.” (BRASIL, 1998, p. 18). Para a autora:

Segundo os Parâmetros, o ensino deveria levar ao conhecimento do aluno as outras variedades de sua língua e lutar contra os tipos de preconceitos linguísticos oriundos de um ensino tradicional que considera apenas uma variedade correta em prejuízo das demais. Um dos grandes problemas das aulas de português é a não valorização do uso brasileiro da língua, o que as deixam presas a compêndios gramaticais retrógrados (SILVA, 2013, p. 43).

Através das causas mostradas, pelo professor Bagno (1999) e a professora Rita do Carmo Polli da Silva, temos um preconceito social que é pouco falado, mas emergente.

3.4 Desconstrução do preconceito linguístico

Considerando os aspectos sobre o preconceito linguístico, faz-se necessário, pensar em como ele pode ser desconstruído. Bagno (1999) entende que o reconhecimento dessa crise é necessário. No Brasil, temos uma quantidade injustificável de analfabetos; as pesquisas do IBGE, através de estatísticas oficiais, confirmam que há de 18 a 20 milhões de analfabetos com mais de 15 anos de idade, o que, segundo os estudos do autor, é duas vezes a população de Portugal, “numa lista de 175 países elaborada pelo ONU, o Brasil ocupa 93º lugar no índice de escolarização, ficando atrás até mesmo de países como a Etiópia e a Índia.” (BAGNO, 1999, p. 106). O autor também alerta sobre a crise existente no ensino de língua portuguesa, quando escreve:

Uma coisa não podemos deixar de reconhecer: existe atualmente uma crise no ensino de língua portuguesa. Muitos professores, alertados em debates e conferências ou pela leitura de bons textos científicos, já não recorrem tão exclusivamente à gramática normativa como única fonte de explicação para os fenômenos linguísticos. Por outro lado, sentem falta de outros instrumentos didáticos que possam, senão substituir, ao menos complementar criticamente os compêndios gramaticais tradicionais. Muita gente acredita e defende que é a norma culta que deve constituir o objeto de ensino/aprendizagem em sala de aula. Mas o que é e onde está essa norma culta?

Mesmo diante dessa premissa, no cotidiano a norma culta não é utilizada por razões históricas e culturais e, segundo Bagno (1999, p. 13), “a maioria das pessoas plenamente alfabetizadas não cultivam nem desenvolvem suas habilidades linguísticas no nível da norma culta”.

A língua é heterogênea e todas as variedades devem ser aceitas para que ocorra a desconstrução do preconceito linguístico, pois as línguas mudam e estão em constante evolução. A norma culta, segundo Bagno (1999), está atrelada diretamente ao preconceito linguístico, que está naturalizado na sociedade, como se realmente a norma culta fosse a unidade variedade correta da língua, pois é a ensinada nas escolas; “não é difícil perceber que a norma culta – por diversas razões de ordem política, econômica, social, cultural – é algo reservado a poucas

peessoas no Brasil.” (BAGNO, 1999, p. 105). Atrás disso, temos a exclusão social e as classes desfavorecidas, que são as mais atingidas pela discriminação linguística. O autor afirma que:

É o mesmo que acontece com a alimentação, [pg. 105] a saúde, a educação, a habitação, o transporte, o acesso às novas tecnologias etc. Uns poucos privilegiados se locomovem em carros importados, enquanto a grande maioria usa um transporte público deficiente, precário e, se não bastasse, caro demais — conheço pessoas humildes que vão a pé para o trabalho, despertando no meio da madrugada e caminhando durante horas da periferia até os bairros centrais, porque seu salário não lhes permite tomar ônibus, trem nem metrô (BAGNO, 1999, p. 105).

Temos uma idealização da norma culta como um padrão linguístico e que está impregnada na nossa sociedade; segundo o autor “esse abismo nasce da recusa dos defensores da gramática tradicional de acompanhar os avanços da ciência da linguagem.” (BAGNO, 1999, p. 113).

A professora e escritora Rita do Carmo Polli da Silva diz a respeito da norma culta que:

Ela, por si só, já deixa clara a imposição, a noção de regra, de preceito, de lei a ser cumprida. Devemos obedecer, pois é assim que está regulamentado, como se fosse possível prender a evolução de uma língua, impedindo que ela varie, transforme-se, apresente mudanças, apenas porque tem uma ‘lei’ que acredita que a conservou em uma série de regras prescritas (SILVA, 2013, p. 44).

Além disso, no que se refere à linguagem, a rotulação fica menos evidente, sendo um assunto pouco falado; tal preconceito parece não existir e, em meio a tantos outros assuntos considerados importantes, parece também não ser relevante. O preconceito linguístico deve ser discutido da mesma forma que outros preconceitos sociais, pois é visto pela maior parte da sociedade como algo natural. Parece que ninguém é censurado e recriminado se usar o português coloquial, que está diretamente ligado à história cultural do indivíduo. Na obra *A sociolinguística e a língua materna* de Silva (2013, p. 54), a autora afirma:

No que se refere à linguagem, esse rotular fica menos evidente. Muito se ouve falar ultimamente sobre preconceitos: contra os negros, os índios, os pobres, os sem-terra, enfim, são muitos, mas, mesmo sendo muitos, não se houve falar em preconceito linguístico.

Os estudos da Sociolinguística apontam que o principal não é falar certo ou errado, mas sim respeitar as diversidades da língua, entendendo como ocorre cada variação, sendo o aluno um falante ativo da sua língua. Na Sociolinguística não há erros no ato de fala e sim inadequações do dialeto à situação de comunicação. Conforme Silva (2013, p. 188),

É importante para o aluno que ele conheça novas formas linguísticas, tanto de fala quanto da escrita e que ele entenda que essa diversidade é legítima e um grande exemplo do que são as nossas possibilidades como seres humanos. Dessa maneira, tornar-se-ão pessoas mais competentes linguisticamente falando, mais capazes de fluir livremente entre os diversos dialetos, sem manifestações preconceituosas.

Para termos uma evolução na desconstrução desse preconceito e reconhecê-lo em sociedade, é preciso uma mudança de atitude por parte dos indivíduos. De acordo com os pressupostos de Bagno (1999), é necessário escrever uma gramática da norma culta brasileira em termos simples, com objetivos declaradamente didáticos e pedagógicos, e que sirva para a sociedade como um todo. O autor afirma que:

Enquanto essa gramática não chega, temos de combater o preconceito linguístico com as armas de que dispomos. E a primeira campanha a ser feita, por todos na sociedade, é a favor da mudança de atitude. Cada um de nós, professor ou não, precisa elevar o grau da própria autoestima linguística: recusar com veemência os velhos argumentos que visem menosprezar o saber linguístico individual de cada um de nós. Temos de nos impor como falantes competentes de nossa língua materna. Parar de acreditar que “brasileiro não sabe português”, que “português é muito difícil”, que os habitantes da zona rural ou das classes sociais mais baixas “falam tudo errado”. Acionar nosso senso crítico toda vez que nos depararmos com um comando paragramatical e saber filtrar as informações realmente úteis, deixando de lado (e denunciando, de preferência) as afirmações preconceituosas, autoritárias e intolerantes (BAGNO, 1999, p. 115).

Diante do entendimento dos autores pesquisados, é possível reconhecer o preconceito linguístico, que favorece, as desigualdades no nosso país, pois quem sofre diretamente com esse preconceito são as classes baixas, de menor prestígio — seja pelo não domínio da norma culta ou por sua variação linguística. Toda língua tem suas variações, pois nos comunicamos de maneira diferente; este fator está diretamente ligado, conforme pesquisas científicas, ao contexto sociocultural do falante e da comunidade que pertence; portanto, não é certo considerar a fala de alguém “errada”, pois é discriminar uma pessoa pelo modo como ela fala. O Brasil, em seu vasto território, possui uma ampla variedade linguística, cada qual possui a sua peculiaridade e são as variações que sofrem maior preconceito linguístico. É assim que ocorre a discriminação na língua, segundo Bagno (1999).

4 Considerações finais

A partir da pesquisa realizada foi possível reafirmar que a discriminação pela linguagem não tem mais espaço na sociedade, uma vez que considerava que todos que dominassem a norma culta teriam uma ascensão social, o que acontece não ocorre mais nos dias atuais. A língua é uma riqueza cultural e cada uma de suas variedades deve ser respeitada, pois é uma das características de cada comunidade. Os estudos da linguagem entraram com força nas

universidades, o que revolucionou a forma de ensinar. Por muito tempo, o ensino da língua portuguesa foi tradicional, mas através da linguística e Sociolinguística o panorama mudou. Estudantes e professores puderam aprender e ensinar de outra forma, sem autoritarismo e sem impor a norma culta como uma única variedade aceita na nossa língua. Os alunos chegam na escola sabendo falar português, pois todo indivíduo entra na escola com o conhecimento da língua materna; o dever do educador é ensinar as variedades linguísticas e as riquezas da nossa língua para o seu alunado.

É preciso valorizar as diferenças culturais, ter mudança de atitude, assim saber o que é a língua, pois a fala do indivíduo tem suas particularidades por alguma razão, devido a sua origem, sexo, idade, classe social etc. A língua é, portanto, um fato social, onde encontram-se pluralidades, pois possibilita a nossa capacidade de expressar opiniões, sentimentos, conhecimentos. Ela também nos inclui no convívio social e por isso é preciso combater o preconceito linguístico. Isto não significa diminuir a gramática e a norma culta do ensino, pois os estudos propõem que sejam consideradas as duas modalidades no idioma: o português formal e informal.

Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz.** São. Paulo: edições Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz.** São Paulo: edições Loyola, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias.** Brasília: Ministério da Educação, 2000.

CÂNDIDO, Antônio. **Vários escritos.** 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004. p. 169-191.

DIAS, Juçá Fialho Vazzata. **A concordância de Número nos Predicativos e nos Participios Passivos na fala da região Sul: um estudo variacionista.** 1996. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e tempo docente.** Campinas: Papirus, 2013.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA Maria Luiza. **Introdução a sociolinguística: o tratamento da variação.** 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

RONCARATI, Cláudia. Prestígio e preconceito linguísticos. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Preconceito linguístico e cânone literário, n. 36, p. 45-56, 2008. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/36/artigo2.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

SCHILLER, Friedrich. **Cartas sobre a educação estética da humanidade**. São Paulo: E.P.U., 1991.

SETTON, Maria da Graça. **Mídia e Educação**. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Rita do Carmo Polli da. **A sociolinguística e a língua materna**. Curitiba: Intersaberes, 2013. Série Língua Portuguesa em foco.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.